



PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM
ESTADO DA PARAÍBA
CNPJ nº. 08.876.104/0001-76

CONTRATO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 75/2022

CONTRATO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PASSAGEM E POR OUTRO LADO A Sr(a) DAVID DIEGO ALVES DE OLIVEIRA.

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE PASSAGEM**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o nº. 08.876.104/0001-76, com sede a Rua do Comércio, Bairro Centro, representada neste ato pelo Chefe do Poder Executivo Municipal o Sr. Prefeito Constitucional **JOSIVALDO ALEXANDRE DA SILVA**, residente e domiciliado na cidade de Passagem – PB doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a Sr.(a). **DAVID DIEGO ALVES DE OLIVEIRA**, brasileiro, ENFERMEIRO, com o CPF nº 075.632.604-47, e o RG nº 3.344.333, com domicílio no Bairro Jardim Guanabara, Rua Oscar Torres, nº 643, localizado em Patos-PB, doravante simplesmente denominado de **CONTRATADO**, resolvem, com fundamento no art. 37, IX, da constituição federal e a da Lei Municipal nº. 286/2011, firmar contrato, por tempo determinado, de prestação de serviços sob regime especial de direito administrativo, para atendimento a situação temporária de excepcional interesse público.

Conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula primeira: O presente contrato reger-se-á pelas disposições do art. 2º, X, Lei Municipal nº. 286/2011.

Cláusula segunda: é objeto do presente contrato a prestação de serviços pela **contratada** na função de ENFERMEIRO, a serem realizado no SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) do município de Passagem – PB.

Cláusula terceira: o presente contrato terá o prazo de **06 (seis) meses**, contando tal prazo a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, através de termo aditivo ao contrato.

Cláusula quarta: pela prestação do serviço ora ajustado, fará jus o **contratado** à percepção mensal de **R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais)**, dentre vencimentos e gratificações, além dos descontos referentes à INSS e IR.

Cláusula quinta: a administração pública poderá, a qualquer tempo, no curso do presente contrato, modificar a jornada de trabalho pactuada, podendo, inclusive,